REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

JULHO 1963

VOL. III ★ NÚM. 2

★

SUMÁRIO

[illegible]A FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais

Publicação quadrimestral editada em março, julho e novembro

❁

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Tôda correspondência deverá ser endereçada ao Secretário da REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, à rua Curitiba, 832, Belo Horizonte, Brasil.

PREÇOS E ASSINATURAS:

Preço do número.... Cr$ 600,00 / US$ 1,00

Assinatura anual.... Cr$ 1.800,00 / US$ 3,00

Os pedidos deverão ser endereçados ao professor Afrânio Veiga, tesoureiro da RBCS, à rua Curitiba, 832, Belo Horizonte, Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

VOL. III — JULHO DE 1963 — Nº 2

ÍNDICE

Colaboram neste número:

Evaristo de Moraes Filho, Universidade do Brasil

Paul Singer, Universidade de São Paulo

Oscar Delgado, México

Álvaro Vieira Pinto, Universidade do Brasil e Instituto Superior de Estudos Brasileiros

Julio Barbosa, Universidade de Minas Gerais

★

O próximo número da RBCS, correspondente ao vol. III, nº 3, versará sôbre o tema A REVOLUÇÃO BRASILEIRA. Conterá estudos especiais assinados, dentre outros, por:

Alceu de Amoroso Lima

Caio Prado Júnior

Celso Furtado

Álvaro Vieira Pinto

João Camilo de Oliveira Tôrres

Milton Soares Campos

Hélio Jaguaribe

Fernando Henrique Cardoso

Octavio Ianni

Nelson Werneck Sodré

Análise sociológica das eleições de 1962 em Minas Gerais (*)

Julio Barbosa

I. INTRODUÇÃO

Apesar das inúmeras limitações que apresenta, a análise dos resultados eleitorais pode, se conduzida com a devida adequação metodológica, levar a resultados capazes de revelar certas e determinadas camadas mais profundas da realidade social, das quais, aliás, viriam a ser expressões, é certo que parciais e incompletas, mas bastante representativas.

O processo eleitoral, qualquer que seja êle, é abrangente e envolvente, pela sua própria natureza, no sentido de que atualiza, de algum modo, a situação relativa dos grupos e dos

(*) O presente estudo foi, primitivamente, feito sob encomenda do Centro de Estudos Sociais, da Pontifícia Universidade Católica, do Estado da Guanabara. Posteriormente reelaborado, está sendo, todavia, publicado mediante autorização especial. Os dados utilizados são de fonte oficial, sendo de responsabilidade exclusiva do autor a sua manipulação. Fica expresso o agradecimento à Drª Maria Helena Corrêa pela inestimável cooperação que apresentou quanto à coleta e organização dos dados primários.

indivíduos, isto é, faz com que se exprimam em função das respectivas alocações sociológicas em que se enquadram e da participação que assumem nêle. A manifestação eleitoral, de qualquer tipo e intensidade, é invariàvelmente reveladora, mesmo nos casos extremos de desinterêsse ou apatia, como o demonstram recentes estudos sôbre o assunto.

Foi, pois, com o intuito «revelador» que procedemos à análise dos resultados eleitorais de 1962, em Minas Gerais, procurando referí-los, sempre que possível, aos resultados das eleições anteriores e, em instância mais profunda, à própria estrutura social mineira, em face das peripécias conjunturais pelas quais tem passado. Moveu-nos a ambição científica de levantar o véu que aparentemente encobre a verdadeira face sociológica de Minas Gerais, desvendando-lhe, pelo menos indicativamente, as variadas modalidades pelas quais ela se afirma e se reitera, no âmbito dos procedimentos eleitorais. O voto seria, pois, por hipótese, uma das inúmeras vias por onde a parcela da população qualificada eleitoralmente demonstra as suas preferências de estrutura, por si e pelo restante da população, ao lado das preferências ocasionais e tópicas de cada pleito, conforme lhe sejam propostas, em cada caso concreto, pelo sistema eleitoral.

De maneira alguma o voto é ato vão ou gratuito: algo relevante nêle se compreende e se configura, ao mesmo tempo que dêle emanam efeitos diversos que se propagam e vêm a atingir, com intensidade diferida, camadas mais ou menos profundas da estrutura social. Símbolo, expediente funcional ou **check up**, sempre figurou e figura como peça estratégica de todos os sistemas políticos, não apenas quanto às pretensões oficiais que lhe são consignadas, mas, sobretudo, quanto ao que realmente representa, na prática, como instrumento de seleção.

Consideramos as eleições de 1962 em Minas Gerais um campo de investigação privilegiado, cujo quadro de referência envolve a própria sociedade mineira e, conseqüentemente, a sociedade nacional brasileira. Por meio dêle, intentamos a pequena aventura sociológica que em seguida se verá, cuja aspiração maior será, no fundo, reiterar algumas hipóteses e

indicações que tendiam ao óbvio, com o que se iam afastando do enfoque analítico. As evidências apuradas, no nível do presente estudo, são parciais e meramente indicativas, visando a futuras pesquisas, e como tal devem ser consideradas. A massa de dados reunida e analisada só foi parcialmente utilizada, razão porque muitos pontos do presente estudo carecem de confirmação definitiva e de maior aprofundamento posterior.

II. OS RESULTADOS ELEITORAIS

O colégio eleitoral de Minas Gerais contou com 2.556.905 eleitores inscritos, tendo comparecido ao pleito 2.067.555 votantes, ou sejam 80% de freqüência oficial. As eleições majoritárias tiveram por objetivo preencher duas vagas na representação mineira junto ao Senado Federal e renovar os mandatos de prefeito e vice-prefeito nos 485 municípios do Estado.

Foram realizadas eleições proporcionais para renovação completa da Assembléia Legislativa e da representação mineira junto à Câmara dos Deputados.

1. **As eleições para o Senado Federal** — Foram os seguintes os resultados da eleição para senadores e respectivos suplentes:

Benedito Valadares Ribeiro (eleito)	454.842
Ovídio de Abreu (suplente)	
Camilo Nogueira da Gama (eleito)	441.546
Walter Geraldo A. Athayde (suplente)	
Oswaldo Pierucetti	379.304
Paulo Campos Guimarães (suplente)	
Tristão da Cunha	183.565
Arthur Bernardes Neto (suplente)	
Pedro Gomes de Oliveira	159.377
Amador de Barros Moreira (suplente)	
Josaphat Macedo	153.741
Gen. Orlando Moreira Torres (suplente)	
Carlos de Faria Tavares	125.315
Waldemar de Magalhães Lopes (suplente)	
Vasconcelos Costa	111.692
João Garcia (suplente)	
Total	2.009.382
Votos em branco	1.905.390
Votos nulos	220.338

Como se vê, as eleições senatoriais apresentaram um índice extraordinàriamente alto de abstenção parcial, uma vez que os eleitores, podendo votar em dois candidatos, não o fizeram, pois 48,5% dêles votaram em apenas um, sendo esta a conclusão indicativamente alcançada, à vista dos 1.905.390 votos em branco. Em têrmos mais amplos, é perfeitamente admissível a hipótese, no que se refere à eleição senatorial, da omissão dos partidos, enquanto organizações, quanto à sorte dos seus candidatos, o que em Minas Gerais não é fenômeno nôvo, como parece estar demonstrado. Mas o traço mais marcante foi o próprio desinterêsse do eleitorado para a mencionada eleição, associado ao fato de que os candidatos a deputados estaduais e federais, por seu turno, não vincularam expressamente suas respectivas campanhas à dos candidatos a senadores que formalmente apoiavam. Foi, portanto, uma campanha solitária a do pleito senatorial, da qual se incumbiram, de modo efetivo, apenas os candidatos e que não contou com o empenho decisivo dos partidos, dos correligionários e do eleitorado, enfim.

A omissão partidária e a dos candidatos às eleições proporcionais quanto à sorte dos companheiros que concorriam a eleição em causa podem ser avaliadas por meio de alguns elementos bastante elucidativos. Enquanto o senador Benedito Valadares Ribeiro, do PSD, que na eleição em causa formou aliança com o PTB, reelegia-se com 454.842 sufrágios, o seu partido alcançava 753.247 votos de legenda para deputados federais, os quais, se somados ao do eleitorado petebista no plano federal, dão a extensão da abstinência «partidária» com relação à eleição do senador pessedista. Fenômeno semelhante ocorreu com a campanha do candidato Oswaldo Pierucetti, da UDN: para os 379.304 votos que obteve no pleito senatorial, o seu partido atingia 541.824 votos de legenda para

a Assembléia Legislativa e 554.733 votos do mesmo tipo para a Câmara dos Deputados, capazes de elegê-lo, por si sós, sem qualquer ajuda. A exceção, no caso, residiria na campanha do senador Camilo Nogueira da Gama, do PTB, que teve mais votos do que a legenda federal do seu partido, provàvelmente porque tenha dado cunho mais pessoal ao seu trabalho de aliciamento e, principalmente, porque tenha usufruído com proveito da fidelidade parcial das «reservas» pessedistas, com cuja agremiação mantinha aliança, no que, aliás, foi coadjuvado pela fragilidade da campanha udenista.

O desinterêsse do eleitorado foi assim, como se disse, o fato mais relevante do pleito senatorial mineiro, segundo tudo indica, além do já mencionado desinterêsse partidário. Apuraram-se 1.905.390 votos em branco na eleição em causa, ao lado de 220.338 sufrágios nulos. Considerando-se que os votos nulos nas eleições senatoriais ultrapassaram em têrmos desproporcionais os votos nulos nas eleições para deputados federais e estaduais, respectivamente 53.220 e 53.731, pode-se concluir que aquêles decorreram, em grande parte, do que pode ser classificado de abstenção ativa, entendida como tal a do eleitor que tornou deliberadamente nulo o seu voto, que é uma das formas pelas quais os votantes manifestam sua posição de indiferença ou de recusa.

Assim sendo, somados os votos em branco aos votos nulos obtem-se 2.125.728 votos não aproveitados, o que vem revelar o grau de desinterêsse partidário e popular que cercou as eleições senatoriais de Minas Gerais no ano de 1962.

2. **As eleições para a Câmara Federal** — Para a Câmara Federal apuraram-se 1.735.974 votos válidos e 260.361 votos em branco, totalizando 2.014.335 votos eficientes, tendo havido a anulação de 53.220 sufrágios. Foi a seguinte a distribuição dos votos para a Câmara dos Deputados, por legendas:

Partido Social Democrático	753.247
União Democrática Nacional	554.733
Aliança PTB-PSP-PL	273.972
Partido Republicano	170.270
Movimento Trabalhista Renovador ..	1.752

Sendo em número de 48 as cadeiras da Câmara dos Deputados que cabem a Minas Gerais, o PSD elegeu 21 deputados, a UDN elegeu 16, a Aliança PTB-PSP-PL elegeu 7 e o PR, enfim, elegeu 4.

Foi, como se vê, também relativamente grande a abstenção verificada no referido pleito. A abstenção nominal, dada pela diferença entre os eleitores inscritos e os eleitores efetivamente votantes, foi da ordem de 542.570 votos, correspondentes a 21,2%. Existiram, porém, 260.361 votos em branco, com evidência de abstenção ativa no tipo específico da eleição realizada, definida como tal a manifestação do eleitor que praticou todos os atos do rito eleitoral, menos o de escolher candidatos. Ao contingente que integra a abstenção ativa deve-se acrescentar, para fins de cálculo, o dos votos nulos, que é também, fora de dúvida, modalidade particular de abstenção, de natureza ativa, fruto da incapacidade, displicência ou negligência do eleitor. Dêste modo, eleva-se a abstenção real, no pleito em causa, a 787.397 votos, formada pela diferença entre os eleitores inscritos e os votos efetivamente aplicados na escolha de um candidato, que é a precípua finalidade da eleição, correspondente a uma proporção de 30,7%, que pode ser considerada bastante alta. Basta dizer que a abstenção real apurada nêste pleito atingiu o volume de votos necessários à eleição de 18 deputados, ou sejam 37% do total dos componentes da bancada mineira. Parece seguro tratar-se de uma taxa significativamente alta para um regime político fundado no sistema representativo.

Como se depreende dos resultados do pleito para a Câmara dos Deputados em Minas Gerais, o PSD confirmou a sua condição clássica de partido hegemônico, nêsse particular, mantida invariàvelmente desde 1945, qualquer que seja a sua situação quanto aos executivos estadual e federal, sendo mesmo imune, de modo relativo, com relação a isso. Podem ser esboçados algumas das causas do referido fenômeno, de importância óbvia no quadro político mineiro, pelas suas claras implicações, em vários sentidos. A primeira delas é que o PSD, por intermédio de sua liderança e dos seus candidatos à deputança federal, que formam, aliás, os seus quadros mais típicos, tem logra-

do conservar, mais ou menos intacta e a salvo das conjunturas eventualmente desfavoráveis, as suas «reservas» eleitorais. Em segundo lugar, porque o pleito federal distancia-se mais das áreas de influência ou de atuação do executivo estadual, situando-se num espaço susceptível de compensação através da manipulação de outras esferas do poder, como a federal, a autárquica, a das emprêsas mistas, etc., nas quais o PSD sempre tem tido representantes. Finalmente, em terceiro lugar, porque a alta direção pessedista soube compensar as perdas que, por definição, deveria sofrer na faixa estadual, por não estar no poder regional, recrutando para a sua lista de candidatos importantes personalidades do mundo político e dos negócios, alargando as suas possibilidades de aliciamento eleitoral e reforçando, afinal, a sua legenda e a sua representação no Parlamento. A estratégia pessedista produziu resultados satisfatórios e claramente compensadores, em têrmos absolutos e relativos, pois a UDN, prevalecendo-se da sua condição de titular do executivo estadual, elevou de 8 para 16 os seus deputados federais e aumentou de 352.946 legendas partidárias no pleito de 1958 para 554.733 legendas partidárias no pleito de 1962, não fazendo, porém, à custa do PSD, que é o seu principal adversário, pois êste incrementou de 18 para 21 os seus deputados federais e manteve pràticamente no mesmo nível os votos absolutos para sua legenda federal, entre 1958 e 1962. Não resta a menor dúvida que a inclusão na chapa pessedista dos candidatos, afinal eleitos, Sebastião Paes de Almeida, Gilberto de Andrade Faria, Amintas Ferreira de Barros, Abel Rafael Pinto e Antônio Luciano Pereira Filho carrearam para a legenda do partido volume de votos não estritamente partidários, dado que seriam, por hipótese, levados a outras legendas, pelo menos em grande parte, caso a elas se filiassem os mencionados candidatos. O fenômeno denota, todavia, a argúcia do sistema tático da alta direção pessedista quanto à orientação que imprimiu à disputa eleitoral, principalmente no que tange às vantagens e benefícios que obteve, explorando de modo preferencial a faixa federal, onde se faz sentir com menor intensidade a atuação direta ou indireta do executivo estadual. O certo é que o PSD desvencilhou-se do incremento previsto

da votação udenista e evitou que êle se verificasse às suas expensas, pois a UDN teve que se abastecer contra o PR, como se verá no quadro abaixo, e dos novos votantes adicionados, por aumento vegetativo, ao colégio eleitoral.

A UDN teve, no pleito para deputados federais, uma conduta estritamente convencional. Lançou uma chapa «partidária», isto é, uma lista de candidatos de tipo ortodoxo, como é do seu feitio. Embora tenha dobrado a sua representação, não conseguiu subtrair do PSD a sua condição hegemônica, que foi firmemente mantida. Uma das possíveis explicações, entre outras, que o fenômeno pode ter consiste no número de candidatos que o partido incluiu na sua chapa, pouco mais do que a metade (26) do total das vagas, contra 38 do PSD. Não foram apuradas evidências suficientemente consistentes para a confirmação ou não da possibilidade mencionada. Indicativamente, não será por inteiro destituída de fundamento a afirmação de que a influência do fato terá sido, em têrmos globais, no tocante aos resultados relativos, sem maior significado. Outras razões mais vigorosas, algumas delas assinaladas acima, terão atuado com maior vigor. A hipótese mais válida é que a UDN concentrou seus esforços na eleição para o legislativo estadual, onde era minoritária.

O PTB disputou as eleições federais em aliança com o PSP e o PL, tendo apresentado 41 candidatos e elegido 7, dos quais dois dêles não vinculados ao partido, que são os deputados Bento Gonçalves Filho, com 17.014 votos, e Paulo Freire de Araújo, com 19.035 votos. O primeiro é, hoje, o principal líder do PSP mineiro, depois de ter militado no PR, e o segundo, egresso do PR, por cuja legenda fôra eleito na última legislatura, não tem, ao que se apurou, eleitorado «partidário» e sim «pessoal», de vez que suas bases se fundam no apoio que obtem junto ao eleitorado protestante, afora outras «reservas» de menor expressão. Manteve-se, portanto, o PTB com os 5 deputados federais que tem desde 1950, em quatro legislaturas consecutivas.

Nesse particular, convém introduzir algumas qualificações importante relativas ao PTB mineiro. É tido por muitos, inclusive por alguns especialistas em sociologia política, como a

organização partidária que, por definição, estaria incumbida de quebrar a hegemonia centrista prevalecente entre os partidos políticos mineiros, formada pelo trinômio PSD-UDN-PR, e capaz de se beneficiar, mais do que todos, do processo de urbanização em curso no Estado. O certo, contudo, é que se trata de uma concepção desprovida, por ora, de fundamento empírico. O PTB mineiro está, desde 1950, em situação estacionária, sem embargo de ser uma organização partidária de evidente vocação urbana e, além disso, de estar crônicamente, desde 1945, aliado ao executivo estadual e de ser quase sempre, com pequenos interregnos, aliado do executivo federal. Em 1950 o PTB alcançou 162.691 votos de legendas partidárias para deputados federais, elegendo 5 representantes; em 1954 atingiu 180.634 legendas partidárias e elegeu 5 representantes; em 1958 elegeu 5 deputados por meio de 218.074 legendas partidárias; e, finalmente, em 1962, como se viu, elegeu 7 deputados mediante 273.972 legendas partidárias, sendo que dois candidatos incluídos na sua legenda, afinal eleitos, vieram de fora, por acessão, representando ambos 36.049 legendas partidárias, o que reduziria as legendas do partido a 237.923. O incremento líquido real da votação petebista para a Câmara dos Deputados foi, assim, de 77.236 votos, de 1950 a 1962, que evidentemente não confirma a tese do «perigo» da agremiação trabalhista para os partidos tradicionais de vinculação centrista. Ademais, como adiante se verá, o PTB mineiro é uma agremiação que, na prática e pela identidade sociológica de sua direção partidária e dos seus representantes às assembléias políticas, não deixa de ter configuração centrista, embora não tradicionalista.

No nível da Assembléia Legislativa a mesma demonstração pode ser feita. Em 1950 o PTB obteve 162.755 legendas partidárias e elegeu 10 deputados; em 1954 atingiu as 209.394 legendas partidárias e elegeu 11 deputados; em 1958 obteve 264.884 legendas partidárias, tendo elegido 12 deputados; finalmente, em 1962, alcançou 264.335 legendas partidárias e elegeu 12 deputados estaduais. Como no caso da Câmara Federal, o incremento líquido real da votação petebista, da ordem de 101.580 votos, não confirma a tese do «perigo» trabalhista,

nos têrmos enunciados, ainda mais sabendo-se que, entre 1958 e 1962, o PTB chegou mesmo a declinar, em números absolutos, com a perda de 549 votos.

Por outro lado, os partidos chamados centristas têm mantido, em Minas Gerais, sem interrupção, a mesma participação relativa junto à Câmara dos Deputados e à Assembléia Legislativa. Em 1950 o grupo PSD-UDN-PR mantinha 33 representantes junto à Câmara dos Deputados, eleitos com 994.314 votos de legenda, contra 5 do PTB, eleitos com 162.691 votos de legenda, ou sejam 16,2% com relação ao mencionado bloco centrista. Em 1958, o mesmo grupo mantinha 32 representantes, eleitos com 1.490.470 legendas partidárias, contra 218.079 legendas partidárias do PTB, correspondentes a 5 representantes, ou sejam 14,6% com relação ao bloco do centro. Nas eleições de 1962, ainda o mesmo grupo alcançava 1.478.250 votos partidários e elegia 42 representantes, enquanto o PTB atingia 273.972 votos partidários e elegia 7 deputados federais, os quais se reduzem a 237.923 votos partidários e 5 deputados federais, pelo que acima foi exposto, correspondentes a 16% com relação ao bloco em questão, ainda ligeiramente inferior à participação relativa obtida há 12 anos atrás. Em têrmos de número de deputados federais, subsiste o PTB com os mesmos 5, desde 1950, e, aumentada a participação do grupo, em 1962, para 42 representantes, a correlação desfavoreceu a agremiação trabalhista.

No que se refere à Assembléia Legislativa, a situação não é diferente. Em 1950 o grupo PSD-UDN-PR mantinha no legislativo mineiro,52 representantes, eleitos com 875.024 votos partidários, enquanto o PTB mantinha 10 representantes, eleitos com 162.765 votos partidários, correspondentes a 18,5% com relação ao bloco centrista. Em 1958, o grupo partidário alcançava uma representação de 52 representantes, eleitos com 1.174.699 votos de legenda, contra 11 representantes petebistas, eleitos com 264.884 votos de legenda, correspondentes a 22,4% sôbre o bloco. Em 1962 os partidos centristas elegiam 54 representantes para o legislativo com 1.120.887 votos partidários, enquanto o PTB elegia 12 representantes com 264.335

votos partidários, correspondentes a 23,5% sôbre o grupo considerado. Apesar do aumento relativo da participação petebista nos votos de legenda, a partir de 1950, desde então o PTB logrou aumentar apenas 2 representantes, enquanto o bloco aumentava, entre 1950 e 1962, também de 2 representantes, mantendo-se, portanto, estável a correlação. Vê-se, pois, que vem sendo seguramente mantido o diferencial existente entre o PTB e o grupo PSD-UDN-PR, com ligeiras variações intermediárias, que podem ser consideradas ocasionais, e portanto irrelevantes.

Não obteve, conseqüentemente, por enquanto, a necessária confirmação empírica a proposição fundada na queda relativa ao chamado bloco de partidos centristas em face da agremiação trabalhista, nem mesmo em têrmos tendenciais.

O PR, de todos os partidos políticos mineiros, tem sido o mais sensível, tanto no plano estadual como no federal, ao tipo de atitude que mantém com relação ao executivo estadual. Enquanto esteve aliado ao PSD e nos casos em que o governador era filiado ao PSD, o que se deu em 1954 e 1958, o PR obtinha nas eleições para a Assembléia Legislativa, nos dois anos, respectivamente 264.990 e 387.727 votos de legenda, aumentando, portanto, de 14 para 17 deputados a sua representação, com um incremento relativo, em têrmos de votos partidários, da ordem de 46,3%. Alinhando-se na oposição ao executivo estadual, ou, melhor, não estando sendo apoiado efetivamente pelo Palácio da Liberdade em 1962, o PR viu baixar a sua votação de legendas para 204.369 sufrágios e a sua representação para 10 deputados, com uma perda relativa, em têrmos de votos partidários, de 48,2%. No plano federal, a queda foi bastante mais acentuada. Enquanto em 1958 obtinha 378.727 legendas partidárias e elegia 17 deputados estaduais, suplantando a UDN em 118.009 votos partidários e em 6 deputados, em 1962, sem a aliança com o executivo estadual, obteve 204.369 votos partidários e elegeu 10 deputados, perdendo, respectivamente, 205.973 votos de legenda e 7 deputados na sua representação junto ao legislativo. Segundo tudo indica, a parcela perdida pelo PR transferiu-se em grande parte para a UDN, já de posse do govêrno estadual, de vez

que está demonstrado que a agremiação udenista não cresceu à custa do PSD. Existem, com efeito, alguns indícios relativamente consistentes de que as 281.106 legendas partidárias que a UDN ganhou entre 1958 e 1962 estão bastante ligadas às 205.973 legendas partidárias que o PR perdeu no mesmo período.

Para melhor visualização do quadro partidário mineiro, no plano federal, foi confeccionado o demonstrativo abaixo.

CAMARA DOS DEPUTADOS

(Número de deputados p/ partido)

	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	20	17	18	18	21
UDN	7	12	10	8	16
PTB	2	5	5	5	7 (*)
PR	6	4	5	8	4
PSP	—	—	1	—	—

(*) Em aliança com o PSP e o PL (Aliança).

É, pois, completa a preponderância do grupo PSD-UDN no plano federal, paralelamente à segura posição hegemônica da agremiação pessedista, que nesse nível pode ser tida como portadora de características invariantes com relação a quaisquer outros fatôres de determinação.

3. **As eleições para a Assembléia Legislativa** — Apuraram-se nas eleições para a renovação do legislativo mineiro 1.769.508 votos válidos, entre os quais 240.316 votos em branco, afóra 57.731 votos anulados. A distribuição dêsses votos, em têrmos de legendas partidárias, foi a seguinte:

União Democrática Nacional	541.824
Partido Social Democrático	374.694
Partido Trabalhista Brasileiro	264.335
Partido Republicano	204.369
Partido Social Progressista	199.911
Aliança Libertadora Trabalhista	71.836

Partido Democrata Cristão	58.561
Partido de Representação Popular	54.452
Partido Social Trabalhista	5.526

Sendo em número de 82 as cadeiras a serem preenchidas, ficou sendo a seguinte a composição da Assembléia Legislativa: UDN, com 26 representantes; PSD, com 18; PTB, com 12; PSP, com 9; PR, com 10; e, finalmente, a Aliança, com 3. A título comparativo, o quadro abaixo exprime as modificações, quanto à composição, pelas quais tem passado o legislativo estadual, desde a sua instalação, na sua última fase, após o período estadonovista.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

(Número de deputados por partido)

	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	29	22	25	24	18
UDN	16	21	12	11	26
PR	14	9	14	17	10
PTB	6	10	11	12	12
PSP	—	1	3	5	9
PRP	1	2	1	1	2
PTN	4	4	2	3	—
PDC	1	2	2	1	2
PCB	1	—	—	—	—
PST	—	—	4	—	—
Aliança	—	—	—	—	3

Do mesmo modo que nas eleições para a Câmara Federal, observou-se também no pleito para o legislativo grande abstenção real, dada, como se sabe, pela diferença entre o eleitorado inscrito e os votos efetivamente aplicados em um candidato determinado. Foi da ordem de 797.397 votos a taxa de abstenção no pleito estadual, correspondente a 45% com relação aos eleitores que tinham condições de voto, bastante alta, como se vê, o suficiente, aliás, para a eleição de 32 deputados, ao quociente eleitoral que vigorou. São grandes as implicações de

uma taxa de abstenção real de tal monta, ainda mais sabendo-se que ela representa 39% da composição da Assembléia Legislativa.

O que parece demonstrado, em função das altas taxas de abstenção real verificadas no plano da representação federal (30,7%) e no da representação estadual (45%), é que o interêsse do eleitorado em tal tipo de pleito foi bastante reduzido, ao contrário do que se supunha. Num sistema político-eleitoral por natureza seletivo, isto é, que adota a técnica da qualificação para a inscrição eleitoral, a elevada taxa de abstenção real agrava o teor seletivo do sistema e não deixa de afetar, como não poderia deixar de ser, a estrutura da representação e, conseqüentemente, o grau da sua autenticidade. Nesse ponto, conviria lembrar que o mecanismo pelo qual vem sendo oficialmente apurada a abstenção apresenta o defeito de computar a abstenção ativa na forma de voto em branco como voto válido, quando na realidade não o é, pela própria definição de abstenção ativa que foi adotada no presente estudo, que parece ser a mais acertada. Assim sendo, a abstenção oficial, conforme relatório do Tribunal Regional Eleitoral, foi aproximadamente de 20%, quando na verdade a abstenção real atingiu os 45%, tornando ainda mais seletivo o processo eleitoral.

Como pode ser notado, os resultados do pleito estadual afetaram profundamente a situação relativa dos partidos políticos mineiros, mudando por completo a distribuição de fôrças na Assembléia Legislativa. A principal razão consiste, ao que tudo indica, no fato de que as eleições legislativas são, em Minas Gerais, aquelas que mais se prestam e mais respondem à influência direta e indireta do executivo estadual. Nelas, o fator determinante básico é o Palácio da Liberdade, como tem ocorrido invariàvelmente em cinco legislaturas consecutivas, sendo que todos os partidos, com exceção do PTB, têm a sua votação condicionada pela posição que estejam adotando em face do executivo estadual. O fenômeno apresenta maior intensidade e nitidez quando as eleições proporcionais correm desvinculadas de eleições majoritárias de caráter mais abrangente, como são os pleitos para Governador do Estado e Presidente da República, que podem funcionar, como efetivamente

têm funcionado, como dissimuladores ou atenuantes da referida influência, a qual, então, tende a tornar-se menos proeminente.

Nas eleições de 1962, ao que parece, a UDN concentrou a maior parcela do seu esfôrço e capacidade de aliciamento a partir da sua base no Palácio da Liberdade, na disputa para o legislativo estadual, principalmente por duas razões: a primeira delas, por causa da sua situação minoritária na Assembléia, onde vinha detendo apenas 11 lugares, o que reduzia à inoperância, pràticamente, o seu papel e, conseqüentemente, o papel da própria administração estadual, sob sua direção. A segunda razão é que a alta direção udenista percebeu que a faixa do pleito para o legislativo estadual era, como sempre foi, a mais sensível ao influxo do executivo estadual, cabendo, pois, explorá-la com prioridade, o que foi feito.

A demonstração do fato pode ser realizada de modo amplo e convincente. Nas eleições de 1958, presididas pelo governador pessedista Bias Fortes, a UDN obteve 260.406 legendas partidárias para o legislativo estadual, contra 241.111 legendas partidárias alcançadas em 1954, em eleições do mesmo tipo, também presididas por um governador pessedista, Juscelino Kubitscheck de Oliveira. O PSD obtivera, em 1954 e 1958 respectivamente, sob a tutela do Palácio da Liberdade, 470.446 e 535.254 legendas partidárias para o legislativo estadual. Já em 1962, sob o govêrno Magalhães Pinto, a UDN inverteu, a seu favor, a posição relativa que mantinha na Assembléia Legislativa, atingindo 541.824 votos partidários, aumentando de 281.418 votos líquidos com relação ao pleito de 1958 e de 300.713 votos líquidos com relação ao pleito de 1954, enquanto o PSD perdia, de 58 para 62, 161.500 votos partidários. Sob governos estaduais pessedistas a UDN obteve, em 1954, 16% dos votos partidários nas eleições para o legislativo, e 14% em 1958, ao passo que o PSD, enquanto partido governista, no pleito estadual, obtinha, em 1954, mais de 31% dos votos partidários, e, em 1958, mais de 29% do mesmo tipo votos, descendo para 21% em 1962, já na oposição, enquanto a UDN, já governista, elevou sua participação nas legendas partidárias estaduais para 30%. Em têrmos de número de deputados, o PSD tinha, em 1954 e 1958, sob governos estaduais pessedistas, 24 e 25 representantes, respectivamente, baixando para 18 representantes em 1962, sob govêrno udenista. A UDN tinha, em 1954 e 1958, 12 e 11 deputados estaduais, respectivamente, subindo para 26, em 1962, já com o Palácio da Liberdade nas mãos.

A influência do executivo estadual beneficia também os partidos aliados, como pode ser verificado no caso típico do PR, o qual, pela sua configuração como agremiação partidária, é o que mais sofre as flutuações de posição perante o Palácio da Liberdade, tanto no sentido favorável como principalmente no desfavorável, como já foi assinado anteriormente. O PTB escapa, de certo modo, ao referido determinismo, principalmente porque seu eleitorado situa-se em grande escala nas concentrações urbanas de maior porte, o que o liberta dos condicionamentos particularistas regionais ou locais, que é a área eleitoral que tem apresentado maior receptividade aos influxos do executivo estadual. Por outro lado, a margem de interêsses que o PTB mantém na esfera federal contribui para que não lhe seja tão intensamente necessária a aliança com o Palácio da Liberdade.

4. **As eleições municipais** — No nível municipal foi também evidenciado, nas eleições de 1962, com grande intensidade, o influxo do executivo estadual, tal como vinha ocorrendo anteriormente, em função das mesmas razões que estão na base de fenômeno semelhante no plano das eleições destinadas ao legislativo estadual, ou seja a intrínseca afinidade do Palácio da Liberdade para com as bases comunitárias, e vice-versa. A explicação da mencionada afinidade reside no fato de que ao Palácio da Liberdade cabe a manipulação dos fatôres de aliciamento que mais diretamente dizem respeito e apresentam interêsse junto às bases locais, pelas suas próprias peculiaridades.

Nas eleições locais de 1958 o PSD, que detinha o executivo estadual, elegeu sòzinho, num total de 485 municípios, 204 prefeitos, ou sejam 42% do total, participando da eleição de outros 63 prefeitos em coligação, enquanto no mesmo pleito a UDN

elegia, sòzinha, apenas 45 prefeitos, menos de 10% do total, ajudando a eleger em regime de alianças 90 prefeitos. Já em 1962 a UDN elegeu sòzinha 110 prefeitos, elevando de menos que 10% a 22% a sua participação na direção dos executivos municipais, ao passo que o PSD, na mesma eleição, sem embargo de eleger sòzinho 174 prefeitos, menos 40 do que anteriormente, baixou sua participação relativa de 42% para 35%.

Ademais, no mesmo pleito de 1962, a UDN subtraiu ao PSD especìficamente 61 prefeituras, sendo 43 delas sòzinha, com a sua própria legenda e o restante em regime de coligação. Resulta daí que 36% das prefeituras que a UDN conquistou no pleito em causa o fêz à custa do PSD. Por seu lado, o PSD logrou tirar 20 prefeituras da UDN, sendo 16 delas com sua própria legenda e o restante em coligação. O balanço da disputa municipal PSD-UDN apresenta, pois, um saldo líquido de 41 prefeituras a favor da agremiação udenista, o que vem a confirmar a hipótese da mútua afinidade Palácio da Liberdade-bases municipais no que se refere aos pleitos locais e para o legislativo estadual.

O PR, no âmbito municipal, não desfrutando do apoio governamental nas eleições de 1962, sofreu pesadas perdas, tanto para a UDN como para o próprio PSD. Assim é que das 58 prefeituras que dominava, sòzinho, em 1958 perdeu metade delas, 14 para o PSD, 14 para a UDN e 8 para coligações diversas. É importante assinalar que o PR conquistou, sòzinho, em 1962, apenas 7 prefeituras novas, além de ter sido desalojado de tradicionais baluartes seus, na Zona da Mata e no Nordeste mineiro, o que aumentou ainda mais o profundo desfalque que sofreu nas últimas eleições, em todos os planos da disputa. Uma das possíveis hipóteses a serem analisadas consistiria na fragilidade intrínseca que envolve o partido cuja atuação se oriente exclusivamente na participação de tipo satélite com os aliados governamentais, o que lhe pode trazer grandes vantagens quando no poder, mas torna-o vítima preferida dos demais contendores, quando fora dêle. Deve ser ressalvado o caso particular e especial de Belo Horizonte, cuja prefeitura foi conquistada por um candidato perrista, mas, segundo tudo indica, sem qualquer dependência para com a legenda do PR ou com a sua organização partidária.

É digna de nota a real possibilidade de ampliação, no plano municipal, do círculo de influência do executivo estadual, mesmo fora da área estrita do partido governamental, no caso presente a UDN e em outras oportunidades o PSD. Uma das técnicas mais aplicadas tem sido a do uso das legendas menores, de tipo hospedeira, como foi o caso da prefeitura de Juiz de Fora, segundo centro urbano do Estado, conquistado pela legenda do PDC para o candidato Adhemar Rezende de Andrade, nitidamente ligado ao campo governamental. Outra técnica usual é a da utilização de outras legendas por parte de candidatos do esquema governamental, em razão de intrincadas questões locais, que sòmente o executivo estadual tem condições de explorar com rendimento político favorável, como foi, por exemplo, o caso de Uberaba.

O PTB apresenta, no nível municipal, uma posição peculiar. Parece que a agremiação trabalhista não se interessa a fundo pelas disputas locais, em face da desproporção existente entre os votos de legenda que obteve no pleito de 1962 e as 15 prefeituras que conquistou, na mesma época, em todo o Estado, menos de 3% do total. É possível que a alta direção petebista entenda ser conveniente não levar o partido, de vocação urbana, a comprometer-se com os inevitáveis influxos dos condicionamentos rurais, nas pequenas e médias cidades mineiras, não pròpriamente por razões conflitantes de natureza ideológica ou doutrinária, mas por motivos puramente operacionais. Sendo o PTB um partido «nôvo», no sentido de que não tem antecedentes históricos, como o PSD, a UDN e o PR, que exprimem e englobam correntes e tendências políticas pré-existentes, não poderia disputar aos partidos tradicionais um campo de influência onde já estavam sòlidamente instalados de há muito, a não ser nas concentrações urbanas de porte maior, nas quais os condicionamentos tradicionais tendem a não ser determinantes ou a se desagregarem em função do fenômeno sociológico da urbanização. Isso não ocorre, pelo menos por ora, nas pequenas e médias comunas, onde o PTB

é um partido «externo», de tipo imigrante, de origem exógena, desprovido de raízes locais e, de certo modo, incompatível, ou no mínimo chocante, para elas. Os fatôres genéticos que conduziram à organização e condicionam a atuação do PTB não se verificam nas referidas cidades, nas quais, se a agremiação trabalhista insistir mesmo em se instalar, é levada a fazê-lo nos mesmos têrmos dos demais partidos, isto é, inclinando-se para os condicionamentos objetivos locais, aliando-se ou igualando-se, portanto, a êles, do ponto de vista sociológico. Assim sendo, são estas, ao que parece, as causas pelas quais o PTB vem se abstendo, cuidadosamente, de envolver-se de modo direto nos choques locais, e, quando o faz, nivela-se aos demais partidos ou, então, funciona como complemento dêles.

Em síntese, o quadro político das prefeituras municipais, quanto aos principais partidos mineiros, passou pelas transformações abaixo, entre o penúltimo e o último pleito.

PREFEITURAS MUNICIPAIS

	1958	1962	+/—	%/58	%/62
PSD	204	174	— 30	42%	35,8%
UDN	45	110	+ 65	9,4%	22,4%
PTB	21	15	— 6	4,2%	3%
PR	58	29	— 29	11,9%	6%
Em coligação					
PSD	63	78	+ 15		
UDN	90	82	— 8		
PTB	56	47	— 9		
PR	61	45	— 16		

Vê-se que são bastante sólidas as bases municipais pessedistas, apesar da sangria sofrida no pleito de 1962, infligida pela UDN, que foi o único partido a apresentar saldo favorável na disputa eleitoral, em têrmos de número de prefeituras conquistadas. Entre as prefeituras obtidas sòzinho e em alianças o PSD participa da administração municipal de 252

comunas, ou sejam mais de 52% do total, enquanto a UDN, tendo triunfado sòzinha ou em coligação em 192 comunas, correspondentes a quase 40% do total, certamente deve grande parcela do seu progresso ao influxo do executivo estadual. É de algum modo significativo que, das coligações acertadas no pleito de 1962 em todo o Estado, a UDN tivesse participado de 67,4% delas, o que provàvelmente se explique, pelo menos em parte, pela ocorrência de deliberado expediente tático dos quadros políticos locais em fortalecer-se junto ao executivo estadual, mediante o sagaz consórcio com a legenda titular do Palácio da Liberdade. Outro motivo que terá influído, por ser bastante freqüente no interior, principalmente entre as pequenas e médias cidades, é o da manutenção de portas abertas, ou não fechamento delas, à possibilidade da eventual entrada de benefícios oriundos do executivo estadual no município. Outra razão, também comum, que atua na propensão da expansão da legenda governamental no nível municipal é o temor mais ou menos generalizado das perseguições, das violências policiais e das derrubadas. Em algumas áreas, em face disso, tem sido possível conciliar desavenças locais, mesmo as mais profundas. A respeito, é interessante assinalar que o PSD participou, no último pleito, juntamente com a UDN, de coligações partidárias vitoriosas em 24 municípios, e juntamente com a UDN e mais outros partidos em 16 municípios, totalizando 40 municípios.

Pelo que pôde ser evidenciado, reproduziu-se nos pleitos locais o fenômeno da completa indiferença dos quadros políticos e do eleitorado ao enquadramento ideológico explícito, o que é compreensível dada a natureza cerrada do complexo particularista dentro do qual se manifestam os eleitores, voltados para as questões tópicas e concretas de ordem localista, que é, sem dúvida, a nota mais relevante da política «interna» de Minas Gerais, que só tende a alterar-se, e de fato se altera, quanto às eleições «externas», isto é, às abrangentes e de caráter universal, como a de Governador, em escala menor, e a de Presidente, em maior escala. Nelas o eleitorado pode vir a votar sem a expressa vinculação paroquial, movido e sensibilizado por outra ordem de fatôres determinantes.

Convém enunciar alguns dos elementos que contribuem essencialmente para que a situação se configure do modo apontado. Em primeiro lugar, a limitação do horizonte de interêsse dos quadros políticos do interior, cuja visão está confinada à sua base territorial, ao imediatamente visível e concreto. Seu comportamento tende a ser de ordem micro-introspectiva. Em segundo lugar, os agentes sociais que operam a atividade político-partidária têm o mesmo perfil sociológico e se identificam pela mesma inserção na estrutura social, sendo, portanto, os mesmos os condicionamentos ideológicos do PSD, da UDN e do PR, que não diferem entre si. As contradições que existam não são de categoria estrutural, isto é, não têm feição antagônica, de vez que partem dos mesmos pressupostos de fundo, sôbre os quais têm perfeita unidade de vistas. As divergências baseiam-se em questões processuais ou conjunturais, de natureza patrimonialista-familiar, arraigadas por vezes, mas circunstanciais, bastante localizadas e, o que é importante, introvertidas, voltadas para dentro de si próprias, interessadas apenas no que diz respeito ao seu pequeno universo campanário.

Como não existe, em atividade ponderável dentro do Estado, fôrça alguma que esteja ameaçando ou questionando a ordem social vigente, nem mesmo fazendo reparos mais graves a ela, é normal que se privilegiem e prevaleçam as desavenças, sob o estilo **inter pares**, entre os titulares do quadro de poder. Sólida a ordenação social e consistente a configuração estrutural da sociedade mineira, com os grupos dominantes seguramente assentados nas suas respectivas posições, sem contestação idônea e eficaz, os seus agentes sociais podem prosseguir na manipulação das disputas entre si, no plano político-eleitoral, como se, sendo adversários eventuais, inimigos fôssem, dando-se até ao requinte de se transformarem em inimigos, o que, do ponto de vista sociológico, é claro sintoma de que tudo vai bem.

Neste quadro mais amplo, as legendas partidárias passam a ser instrumentos operacionais do processo social e histórico, dando nome e forma circunstanciais a fenômenos mais profundos e bem mais antigos do que as respectivas siglas que ora os identificam, que são os que se originam de uma estrutura social de feitio familiar e patrimonialista. Em Minas Gerais, o complexo rural e as suas projeções periféricas, que são as pequenas e médias cidades do Estado, constituem a principal linha de fôrça do sistema, que foi à prova, por intermédio dos partidos políticos mineiros, nas eleições de 1962, saindo-se da refrega tão sólido como antes, mesmo porque ficou provado que por ora não tem contendores internos devidamente qualificados.

III — A COMPOSIÇÃO DAS BANCADAS

Cumpre analisar, na mesma perspectiva que vem sendo empregada no presente estudo, a composição das bancadas mineiras junto à Câmara dos Deputados e à Assembléia Legislativa, provindas do pleito de 1962.

1. Quanto à Câmara dos Deputados, não houve, de um modo geral, alteração de monta, senão na natural troca de uns nomes por outros, fruto ordinário do jôgo eleitoral, e na promoção de outros do plano estadual para o plano federal. Trata-se, como sempre, de uma representação consistente e coerente na identificação política dos seus membros, além do mais com elevada taxa de unidade, sem embargo das diversas siglas em que estejam enquadrados. Nota-se alguma heterogeneidade na bancada udenista, no que tange a alguns das suas personalidades mais jovens, como os deputados José Aparecido de Oliveira, Simão Viana da Cunha Pereira e Celso Passos, que tendem a destoar do feitio tradicionalista-liberal dos demais companheiros. A representação pessedista apresenta, como é habitual, grande homogeneidade na fixação centrista dos seus componentes, podendo ser classificada de harmônica e equilibrada, do ponto de vista ideológico. Nela estão presentes alguns velhos e experimentados políticos mineiros e um pequeno grupo de jovens políticos, patrocinados por figuras exponenciais do partido, e que se encontram em regime de treinamento para receber dos mais antigos o bastão da chefia e, mais do que isso, o estilo da chefia. Os novos afinam-se, em substância, com os antigos, motivo pelo qual é possível dizer-se que a bancada pessedista é

essencialmente a mesma desde a Constituinte de 45, para não ir mais longe na pesquisa da fidelidade do PSD ao esquema tradicionalista.

Já a bancada udenista surgiu em 1962 bastante mais complexa e heterogênea, sendo duvidoso o acêrto em apresentá-la como sendo uma unidade política operacionalmente homogênea, como é a do PSD, seja pelo relativo distanciamento ideológico entre alguns do seus membros, seja pelas rivalidades internas que parece conter e que, ao que tudo indica, pròvàvelmente não possam ser reprimidas nos seus limites domésticos. No conjunto, pode ser classificada de liberal centrista. Ao contrário da bancada do PSD, a da UDN parece maior ênfase ao cultivo de certas e determinadas reservas e idiosincrasias políticas, em função dos seus antecedentes históricos. A bancada do PR, reduzida desta vez à metade, é também bastante homogênea, situando-se em média na posição centrista. O grupo petebista define-se pela atitude conservadora moderada, excetuando-se naturalmente o deputado Santiago Dantas, de difícil classificação, por não ser, a rigor, uma personalidade «estadual».

Em síntese, a bancada mineira junto à Câmara dos Deputados, no geral, apresenta as características induzidas do próprio quadro social político de onde se originou, razão por que não será demais tê-la por «autêntica», por ser, sumàriamente, o que o Estado é e o que vem sendo.

2. A composição da Assembléia Legislativa apresenta, de certa forma, as mesmas características ideológicas medianas da bancada federal, tirante as naturais diferenças de experiência, maturidade política e consistência de conduta política, sem faltar, evidentemente, as exceções e as discrepâncias de praxe. A renovação nominal foi quase completa, sem embargo da persistência das mesmas fontes e técnicas básicas de recrutamento, que são as «reservas» eleitorais clássicas do Estado. É de se notar o crescente processo de «regionalização» do legislativo mineiro, confirmado pelo fato, evidenciado mais uma vez, de que os seus membros estão «presos» às suas respectivas zonas eleitorais, sendo cada vez menor a possibilidade de

ser alguém eleito para a Assembléia sem o apoio maciço de pelo menos uma «base» e, ainda mais, de alguém ser eleito sem que esteja especìficamente compromissado, de dentro para fora, com as áreas de onde receba votação mais expressiva. O deputado estadual, para ter êxito na disputa eleitoral, deve, em escala de exigência cada vez mais elevada, «pertencer» à zona de onde pretenda colhêr as safras mais significativas de votos, estar, de algum modo, «integrado» nela. É, assim, necessário uma dose bastante acentuada de militância direta na região, no sentido de estar comprometido com uma das correntes políticas tradicionais da área, o suficiente para ser «adotado» por ela e votado em função dela. Nas eleições para o legislativo estadual, ao contrário do que comumente se pensa, as bases «possuem» seus candidatos, impõe-se a êles, reclamando-lhes solidariedade e fidelidade, que são os condimentos locais mais importantes da lei das afinidades eletivas, de vigência secular, trazida para o campo da sociologia eleitoral.

Os resultados eleitorais de 1962, nesse particular, confirmam largamente a hipótese acima. A mais alta evidência apurada cifra-se no fato de que não foi eleito sequer um candidato a deputado estadual cuja votação primordial não se originasse da «sua» zona de efetiva militância pessoal e política. Os próprios deputados confessam-se representantes «regionais» e atuam condicionados bàsicamente pelos seus respectivos interêsses. É certo que já estão surgindo algumas exceções ao sistema de condicionamento particularista de ordem territorial, que são aos condicionamentos setoriais, subproduto da organização profissional ou ocupacional orientada para fins político-eleitorais, mas em faixas eleitorais mais abrangentes, como a das eleições majoritárias de alcance universal, e nas cidades de maior porte. Dois ou três deputados eleitos para o legislativo estadual podem ser considerados representantes de grupos «ocupacionais», num total de 82. Nos demais, a sua ocupação ou profissão é fator inteiramente secundário ou subsidiário, como ingrediente determinante.

Do ponto de vista político, continuou a mesma a composição qualitativa do legislativo estadual, cuja tônica ideológica talvez possa, em grande parte, ser encontrada na absoluta pro-

eminência dos advogados que nela se incorporaram em 1962, em número de 46, ou seja mais da metade do total. É admissível conceber-se que está nesse ponto o que tem o legislativo mineiro de mais relevante, como caracterização ideológica, deduzida do seu enquadramento funcional no complexo patrimonialista-familiar que vigora no Estado. Como se sabe, o advogado, por formação e por ofício, quase nunca opera interêsse próprio, e sim alheio, razão porque sua conduta política, quando inserido no âmbito particularista das pequenas e médias comunas mineiras, orienta-se em geral na direção da liderança que lhe é «outorgada» pelos poderes da terra, assimilando-a de tal modo e com tamanha adequação que o resultado é a sua transformação em procurador público dos interêsses criados, levando para as câmaras eletivas a postura e a conduta conseqüentes.

Quando tais interêsses são convocados, pelo processo eleitoral, para se fazerem representar nas aludidas câmaras eletivas, é automática a seleção do bacharel em direito, e, em escala inferior, a do médico, a qual implica necessàriamente, como é natural, no tácito compromisso do beneficiário para com o quadro social de onde saiu e do qual foi feito mandatário. Nesse sentido, a preponderância de advogados no legislativo mineiro constitui um índice significativo, entre outros, da sua conotação conservadora. A distinção entre legendas é, no particular, quase insignificante, de vez que, com pequenas exceções, estão jungidas ao mesmo esquema patrimonialista-familiar.

Estruturalmente, é, pois, homogênea a Assembléia Legislativa de Minas Gerais para a legislatura de 1962-1966. Suas controvérsias serão de ordem mais «administrativa» do que de qualquer outra natureza, em tôrno, portanto, de procedimentos de circunstância. Sua divisão mais importante girará preferencialmente em razão do dilema Govêrno-Oposição, o qual será, conforme tudo indica, a principal linha de fôrça operacional do corpo legislativo estadual. Ambas as correntes, a majoritária e a minoritária, quaisquer que sejam as siglas de que eventualmente se componham, estão adstritas, como se viu, com pequenas exceções, com tôda fidelidade e lealdade, ao complexo

patrimonialista-familiar vigente, ainda sólido e vigoroso. Não é inconcebível que se unam, na medida em que, por influxos exógenos, o tronco comum venha a ser ameaçado.

IV — O MECANISMO DAS INFLUÊNCIAS ELEITORAIS

São duas as fôrças mais poderosas de motivação eleitoral que puderam ser observadas, a partir das eleições de 1962 e do seu confronto com os pleitos anteriores.

A primeira delas gira em tôrno do tipo de eleição. Estão sob a órbita rígida de influência dos particularismos territoriais as eleições municipais e as eleições para a Assembléia Legislativa, que são, por assim dizer, eleições «domésticas», de peculiar interêsse ecológico, quando realizadas nas pequenas e médias cidades do Estado, justamente tidas como verdadeiros enclaves tradicionalistas. Convém esclarecer que se deve entender, para fins da presente análise, por pequenas médias cidades aquelas que têm população urbana inferior a 20.000 habitantes e cujas atividades econômicas e sociais dependem substancialmente do setor primário e das rendas da propriedade fundiária. No espaço econômico-social em questão preponderam as questões locais, que se sobressaem sôbre as demais e tendem a absorvê-las ou a re-elaborá-las de acôrdo com a micro-visão tópica do mundo em vigor. Mesmo o chamado poder econômico, para ter eficácia, deve entrar e acatar obrigatòriamente na linha das tendências, grupos e pessoas que formam o quadro «endócrino» da situação local, pois fora dêle seria esteril e não alcançaria êxito. Nessas circunstâncias, o poder econômico não medra senão em campo prèviamente receptivo, sendo, pois, uma variável dependente. Na verdade, compra menos do que é comprado. É capital de giro, e não investimento.

Ainda na faixa das pequenas e médias cidades, quando as eleições se destinam à Câmara Federal, atenua-se algo a rigidez do enquadramento particularista e o eleitorado, juntamente com as chefias locais, admitem a possibilidade de abrir-se na direção de outros critérios mais amplos e abrangentes, ligados ao mun-

do «exterior». Podem votar e freqüentemente o fazem em candidatos não diretamente integrados no meio, segundo outros fatôres de determinação, como, entre outros, as instruções partidárias, as trocas de votos, o prestígio, os grandes nomes, etc.. Contudo, é apenas parcial e ainda bastante estreita a alvitrada abertura. A exigência da mútua afinidade eletiva subsiste, até mesmo para a utilização das determinações chamadas «universais», como a do poder econômico, sob quaisquer das suas inúmeras modalidades de atuação. O caso do deputado Sebastião Paes de Almeida confirma inteiramente a tese. Seus principais contingentes eleitorais provieram do Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba, onde tinha conhecidas ligações familiares e outras tantas, em princípio pràviamente receptivas à sua candidatura. Ainda nesse nível, o poder econômico seria, embora em grau menor, uma variável dependente.

No que se refere às eleições majoritárias de caráter «externo», de ordem mais abrangente, a massa eleitoral das pequenas e médias cidades tende a modificar, se bem que não necessàriamente, o seu comportamento eleitoral pela atitude de desprendimento que pode assumir com relação aos critérios particularistas vigentes para os tipos de eleição antes referidos. É perfeitamente viável dar-se o caso, que inclusive já se verificou, da rebeldia maciça das «bases» em eleições abrangentes de tipo majoritário. O eleitorado, pela ampliação do horizonte condicionador da sua conduta e pelo intenso afluxo de fatôres exógenos de determinação, pode se considerar não comprometido, no caso concreto e específico, com o sistema particularista local, desprezando-lhe eventualmente as prescrições impositivas, pelo menos no ato de votar e escolher, deixando de fazê-lo em têrmos compulsivos para fazê-lo por arbítrio próprio. Sem perder a filiação ecológica, vem a votar em sentido relativamente autônomo, abrindo uma pausa ocasional no seu rígido esquema decisório. A eleição de Vargas, em 1950, quando o fenômeno alcançou a nomenclatura própria com a expressão «cristianização», provou a efetiva possibilidade da hipótese, que mais tarde viria a ser confirmada, outra vez, em 1960, com a eleição de Jânio Quadros para a Presidência da

República e, na mesma época, com a vitória de João Goulart sôbre Milton Campos, no pleito para a Vice-Presidência da República.

Nas cidades de maior porte, a tendência é o enfraquecimento do complexo patrimonialista-familiar, propiciado exatamente pela crescente ascendência dos setores secundário e terciário das atividades econômicas e sociais, em todos os sentidos e níveis de profundidade. Começam a surgir e a influir os «aparelhos», na forma de sindicatos, organizações profissionais e ocupações, grupos de interêsse e de pressão tìpicamente urbanos, etc., muda-se o esquema mental e o mecanismo motivacional, irrompem os indivíduos portadores de «status» adquiridos, dando, com isso, início ao processo de desagregação da hegemonia particularista. Transforma-se o estilo da clientela, transferem-se da gleba para a **urbs** as lealdades e fidelidades, ergue-se o fator «monetário» e, com isso, adquirem autonomia relativa o poder econômico e os demais deuses da cidade. A divisão do mundo em «endógeno» e «exógeno» debilita-se ràpidamente, processando-se a constituição dos complexos universalistas, campo eleito do debate ideológico e doutrinário, das polarizações impessoais, das opções coletivas de natureza histórica. Decae, portanto, o influxo do executivo estadual, como fator determinante de maior relêvo, cuja injunção deixa de ser globalmente absoluta, para ser relativa e condicional.

Tentativamente, é possível elaborar um quadro capaz de refletir em têrmos quantitativos a hipótese exposta e o seu respectivo alcance. Entre as 485 cidades mineiras existentes à época do pleito de 1962, sòmente 39 estavam em condições de escapar, em princípio, ao enquadramento particularista, ou sejam apenas 8% do total. O eleitorado das restantes 446 pequenas e médias cidades do Estado era, na ocasião, de 2.566.905 eleitores inscritos, dos quais 1.795.636 estavam sob a estrita órbita do sistema patrimonialista-familiar, correspondentes a 70% do total do colégio eleitoral mineiro. Das 39 cidades mineiras de maior porte, cêrca de 10 a 12 continuam sob a influência de rígidos particularismos familiares locais, ainda firmes e operantes, apesar da expressão demográfica da comuna, como é notòriamente os casos de Montes Claros,

Barbacena, Curvelo, Patos de Minas, entre outras. Desce, portanto, para apenas 550.000 votos, em todo o Estado, o campo político-eleitoral de conotação preponderantemente «urbana», em sentido sociológico, que é, pode-se dizer, a face «moderna» de Minas Gerais, no sentido de ser a que não se encontra relevantemente determinada pelos critérios tradicionais de decisão eleitoral. Por ora, sua fôrça tem o pêso de 5,6% sôbre o total da população do Estado.

V — TIPOLOGIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS MINEIROS

É de interêsse óbvio qualquer esfôrço sistemático visando ao esbôço do que se poderia denominar de tipologia dos partidos políticos mais expressivos que operam em Minas Gerais, levando-se em conta o seu comportamento, os padrões operacionais de cada agremiação, as pautas de conduta de sua liderança e dos seus adeptos e outras particularidades que redundam em diferenciá-los uns dos outros, dentro de um quadro geral homogêneo, de similitudes básicas, que os contém a todos. Seria, no fundo, essa tipologia algo como a determinação das principais regularidades tendenciais de cada agremiação partidária.

Os modelos que em seguida serão expostos obedecem aos procedimentos metodológicos ligados à confecção de tipos ideais, não representando, por definição, ocorrências reais específicas e nem necessàriamente formações concretas dadas de modo empírico, embora correspondam, no geral, a áreas bem determinadas da realidade considerada, apreendidas em nível abstrato. O método do tipo ideal já se encontra suficientemente divulgado para comportar, no momento, explanações técnicas sôbre êle, as quais, no caso presente, são tidas como implícitas.

Em primeiro lugar, conviria analisar o PSD, aparentemente o mais típico partido político mineiro. Segundo tudo indica, pelo seu comportamento, pela qualificação dos seus membros mais ativos e pelos resultados que tem obtido nos pleitos, o PSD mereceria a classificação de «partido hegemônico», dada a sua intrínseca vocação para o exercício ou a intimidade do poder e pela flexibilidade equilibrada e adaptativa de que é titular constante em face das situações circunstâncialmente complexas ou adversas. Mesmo quando na oposição, não perde de vista o seu passado governamental e está sempre preparando-se para reassumir as posições dominantes eventualmente perdidas, agindo ou atuando, sobretudo manobrando, em função disso. O próprio trato de rotina com os seus quadros, com os seus adeptos, com as suas «reservas», com o seu eleitorado, enfim, quando o partido está na oposição ou marginal ao poder, funda-se na previsão da volta aos postos do mando. O ostracismo, para o PSD, é tido como fase transitória, essencialmente passageira, durante a qual busca acomodar-se, ora concertando alianças compensatórias, no plano federal, ora fazendo composições, ora preparando-se para os retornos. Nunca se descuida das bases municipais, cultiva-as, orienta-as, permitindo-lhes táticas locais de contemporização, fazendo vista larga às defecções, tendo-as sempre por recuperáveis, mesmo quando as aparências indiquem o contrário. Em função da sua vocação de partido hegemônico, o PSD tem apresentado, na prática, ampla versatilidade na feitura de alianças, mesmo com agremiações ou grupos com os quais mantém escassa similitude doutrinária ou ideológica, com o que os apazigua e os contém, como é o caso das suas clássicas alianças com o PTB. Por outro lado, o comportamento do partido, como tal, dá especial ênfase às omissões parciais deliberadas, táticas ou estratégicas, atribuindo-lhes maior e mais importante papel, nas suas manobras políticas, do que aos pronunciamentos e afirmações expressos ou peremptórios. Conseqüentemente, o PSD é uma agremiação que ostenta grau relativamente inferior de sectarismo e intolerância, o que lhe confere possibilidades mais largas de atuação. Não tem particular afeição pelos meios, preferindo a teleologia à tecnologia. Em Minas Gerais, a vocação hegemônica do PSD tem sido demonstrada pelos seguintes dados: nas eleições majoritárias de interêsse regional, só tem perdido quando se fraciona, tendo sido êste o caso da eleição do senador Milton Campos para Governador do Estado em 1946, através dos votos do chamado PSD dissidente, e da eleição de Magalhães Pinto para o mesmo pôsto, mediante, mais uma vez, a dissidência que se formou com relação à candidatura Tancredo Neves. Nas eleições municipais o PSD desfruta de sólida posição e tem enfrentado, com

vantagens absolutas ou relativas, os partidos adversários que se encontram no exercício do executivo estadual, como se verificou em 1962. Em suma, um partido realista.

À UDN caberia com propriedade a qualificação de «partido de oposição». O principal motivo e, provàvelmente, o mais determinante é o de natureza genética, remontando às origens do partido e às lutas, de sobejo conhecidas e reconhecidas, que manteve contra o Estado Nôvo e os seus homens mais expressivos. As peripécias históricas da sua constituição, em função do repúdio ao Estado Nôvo, marcou indelèvelmente o **ethos** udenista, impregnando-se de modo profundo nos moldes de pensamento e ação da agremiação, dos seus líderes e dos seus adeptos. Continuam ativos os focos de intransigência e sectarismo, que eram os traços distintivos da UDN e dos udenistas de prôa, que os acompanham mesmo quando estejam no poder. É comum voltarem-se contra os próprios correligionários que são alçados ao poder, por fôrça do hábito rebelde e virulento da postura oposicionista. Partido pouco efeito às alianças, considerando-as expedientes pouco recomendáveis, quando não simplesmente bastardos, cioso da ortodoxia, que tem na conta de valor político irrecusável e de traço nobre do caráter e da conduta. A agremiação udenista encara com desconfiança os aliados e com permanente suspeita os adversários, razão pela qual é quase sempre reduzida a sua margem de flexibilidade e o seu campo de manobras. Seu feitio de coexistência é primordialmente endogâmico, no sentido de que considera sempre pertinente e desejável a indagação dos antecedentes e a investigação da fidelidade aos princípios, procedimentos que tendem ao paroxismo. Não compartilha com outrem a guarda e a manipulação dos seus valores e ideais, porque só o partido, em tese, julga-se para tanto competente. Tendo-se por missionário, o poder, por si, não o seduz oficialmente, porque, no fundo, entende que o poder corrompe e a corrupção nunca deixou de ser o demonio do **ethos** partidário udenista, o qual, além do mais, é uma filosofia existencial, própria de uma camada social bem definida, constituída por grupos e pessoas alijadas do exercício do poder político por grupos e pessoas do mesmo feitio sociológico. A dimensão moral é, formalmente, o domicílio

e a motivação udenista e o supremo denominador dos homens e das coisas, pela qual êles se definem e se credenciam. Ao contrário do PSD, a UDN privilegia os meios e secundariza os fins. Perder eleição, para o partido, constitui árdua vocação, porque o seu lar é a oposição, a cujo convívio e exercício dedica-se com desvêlo, atribuindo-lhe quase sempre velado toque jansenista. Como partido, apresenta amplas e profundas similitudes com o PSD, do ponto de vista sociológico, mas dêle se distancia na medida em que a agremiação udenista, como tal, pratica o poder com acanhamento e enfado, enquanto o pessedista o faz com ínclito fervor. Em suma, um partido idealista.

O PR é, fundamentalmente, um «partido satélite», no sentido de que sempre se orienta na direção das alianças com os partidos que estão no poder e do evidente desconfôrto com que se instala à margem dêle. Os seus resultados eleitorais indicam, invàriavelmente, que as bases perristas reclamam a comensalidade do poder e se sentem deslocadas fora da sua órbita. A menos que se altere a orientação partidária e a serem confirmados os resultados eleitorais analisados, a servidão «satélite» é a condição mais típica, por ora, do PR mineiro. Em suma, um partido de vocação tributária.

O PTB, em Minas Gerais, por excelência, o «partido complementar». Funciona como agremiação subsidiária no jôgo político-partidário do Estado, no sentido de que não conta com orientação própria e consistente, na qual o partido seja o principal ponto de referência. Imune às flutuações da conjuntura política estadual, está, contudo, sempre disponível ao consórcio subsidiário, motivo pelo qual fixa-se crônicamente na situação de linha auxiliar de outras agremiações. Por ser esta a sua estratégia fundamental, não tem, contudo, projeto próprio político-partidário em Minas Gerais. Está sujeito a permanentes infiltrações por parte de estranhos, que se insinuam nas suas legendas sem acatá-las, por puro expediente eleitoral. Tendencialmente burocrata, por circunstâncias conhecidas, tende a converter-se em «aparelho». Surdo e cego à trilha que se lhe abre na estrutura social do Estado, operacionalmente é uma agremiação de circunstância. A complementariedade é a sua lei.

Os pequenos partidos funcionam, com regularidade, na forma de agremiações «hospedeiras», no sentido de que estão sempre recolhendo contingentes de outros partidos. Fundo de reserva para os blocos comandados pelos partidos maiores, limitam-se a apoiá-los e a receber, eventualmente, os seus «excedentes», nos atos eleitorais, com o que os fortalecem e não se fortalecem. Algumas siglas significam algo próprio, embora irrelevante no jôgo político geral do Estado, mas a maioria procede na forma da hospitalidade partidária, e assim se afirmam e se definem.

VI — O CARÁTER CLÁSSICO DAS ELEIÇÕES DE 1962

Apesar de algumas inovações de monta, como a da intensificação da incidência do poder econômico, cada vez mais generalizada e «normal», prevaleceram de nôvo, em 1962, os particularismos regionais ou locais de fundo patrimonialístico-familiar, que formam crônicamente os suportes do comportamento eleitoral dos mineiros e que atuam de modo mais acentuado e saliente nas eleições do tipo das que se realizaram.

Os demais fatôres de persuasão, mesmo os «modernos», tiveram que se amoldar ao quadro secular pré-existente, aliando-se ou sujeitando-se a êle, contornando-o e, principalmente, diligenciando não hostilizá-lo. Como já se viu, apenas cêrca de 550.000 eleitores no Estado estão, em princípio, alheios ao influxo do complexo rural, representando 5,6% da população e menos de 20% do eleitorado inscrito. Os demais estão sob rigorosa pressão particularista, assim entendidas as que confinam as influências e as motivações ao limitado círculo territorial das inumeráveis «bases» em que se divide o Estado, privilegiando sôbre quaisquer outras as questões locais. Não seria impertinente a qualificação do fenômeno de micro-etnocentrismo.

Nestes têrmos, não poderia a temática geral da campanha eleitoral deixar de refletir tal circunstância, no que, aliás, influiu substancialmente o próprio alcance regional do pleito, de vez que não se realizaram eleições de caráter universal, como as para Presidente e Vice-Presidente da República e Governador e Vice-Governador do Estado.

O fato mais significativo, nesse particular, foi a quase completa ausência de proposições ideológicas explícitas na campanha. Segundo pôde ser apurado, o eleitorado mineiro ou foi indiferente ou não acatou ao enquadramento ideológico que alguns candidatos, poucos, tentaram propor-lhe. Quanto ao aspecto ideológico, os partidos silenciaram-se por completo.

O afastamento ostensivo da temática ideológica não significa, todavia, a sua inexistência. Muito pelo contrário, os resultados eleitorais refletem literalmente arraigada conotação ideológica, na sua forma subentendida, de homologação tácita do **status quo**. O encobrimento ideológico parece indicar a fortaleza da estrutura social, cuja justificação se fêz dispensável, de tão sólida a base em que se assenta, e cuja defesa se fêz desarazoada, por falta de quem a questionasse sèriamente. A intensidade mesma com que se feriu o pleito, duramente disputado em todos os escalões, entre as maiores organizações partidárias do Estado, tôdas elas comprometidas, juntamente com a esmagadora maioria dos seus respectivos candidatos, com a ordem de coisas vigente, indica, em primeiro lugar, a certeza «regional» de que os dispositivos estruturais de fundo do sistema não sofrem ameaça iminente e série, por falta de contendores «internos», e, em seguida, assinala do consenso generalizado quanto à intocabilidade do **status quo**.

Assim sendo, o fenômeno mais importante, ao que parece, no pleito mineiro de 1962 foi o da subtração consentida e oblíqua da temática ideológica, levada a efeito pela mão invisível do silencioso e eficaz acêrto subliminar dos interessados, no caso concreto os partidos políticos, incluindo o próprio PTB. Para que isso se tornasse possível, far-se-ia mister que os partidos políticos mineiros fôssem, como realmente o são, mais assemelhados uns com os outros do que diferentes, sociològicamente, de modo que a dissimulação ideológica pudesse beneficiá-los a todos, de modo igual. Caso assim não fôsse, o apaziguamento ideológico, obtido espontâneamente e sem negociação prévia, não se daria, pelo menos em face de uma conjuntura mais abrangente e de crescente radicalização em outras áreas do País. Bàsicamente homogêneos e titulares do mesmo acêrvo essencial de comprometimento institucional com o **status**

quo, de onde extraem as suas respectivas mensagens, símiles no que tange ao fundo, os partidos políticos mineiros acordaram em afastar o debate ideológico, por impertinente e sem sentido, quando não inoportuno. A técnica preferida para demonstrar que todos estavam entre si afinados foi a do ocultamento ideológico, motivo pelo qual a omissão, e não a pregação, foi o método mais indicado de afirmação.

Poder-se-ia argüir que a atitude dos partidos fôra um artifício ou uma violência unilaterais, incompatíveis, por isso, com a «demanda» ideológica existente e não acatada, do lado da «oferta», isto é, do eleitorado, por parte de quem competia oferecê-la, ou sejam as agremiações partidárias. Mas o fato é que, da parte do eleitorado, também não se deu a exigência ideológica explícita, que por seu turno a dispensou, ou, pelo menos, não se sensibilizou com ela. Esta é, provàvelmente, a razão mais evidente que explica a completa omissão dos partidos, como tais, da própria campanha eleitoral. Explica, ainda, a derrota de todos os candidatos, os quais foram, por isso, obrigados a atuar isoladamente, que se apresentaram perante os eleitores com mensagens ostensivas de natureza ideológica e se basearam só ou principalmente nelas para obter o sufrágio necessário à eleição. São, nesse ponto, marcantes os exemplos dos candidatos Celso Brant, Euro Arantes, Fabrício Soares, Hernani Maia, entre outros poucos.

A explicação mais profunda e definitiva estaria, entretanto, no fato de a estrutura social mineira ser uma formação compacta e sem fraturas graves, incompatível, por isso mesmo, com a polêmica ideológica explícita, política e eleitoralmente desnecessária. Firme no seu travejamento e sólidos os seus fatôres de equilíbrio estável pôde se eximir, por si própria, da luta ideológica, por carência de objeto, de vez que não se entende ameaçada e muito menos questionada por adversários visíveis que estivessem instalados dentro dos seus contornos. Como a eleição de 1962 foi uma eleição «interna», de tipo endógeno, compreende-se porque se deu o fenômeno do ocultamento ideológico.

Por outro lado, a própria disposição morfológica do Estado dificulta, principalmente nas eleições «internas», a difusão

ideológica, em razão das variadas e desarticuladas regiões em que se divide, isoladas uma das outras e caracterizadas pela baixa mobilidade das informações e pela heterogeneidade dos seus múltiplos centros de interêsse. Separadas entre si, pràticamente confinadas nos seus limites micro-geográficos particulares, cada região tende a contrair-se para dentro de si mesma e a definir-se sociològicamente em função das suas limitações. Conseqüentemente, o comportamento do eleitorado volta-se, de natural, para os particularismos específicos de cada área e só se sensibiliza em relação a êles. O espaço político regional ou local minimiza os fatôres exógenos e generalizantes, ou, no mínimo, não orienta sua conduta em função dêles.

Em suma, a evidência apurada foi, portanto, a da preponderância absoluta dos particularismos regionais ou locais, de fundo tradicionalista, nas eleições mineiras de 1962. A técnica mais usada foi a do apêlo, em todos os sentidos clássico, às «reservas» eleitorais, que só responderam aos «seus» candidatos, isto é, aos candidatos que, sociològicamente, de fato lhes pertenciam. Todos êles, sem exceção que pudesse ser anotada empìricamente, cuidaram de mobilizar e manipular as suas respectivas áreas privativas de votos, de voto mecânico ou semi-mecânico, dado menos ao candidato, pelas suas qualidades e virtudes pessoais ou políticas, do que às condições em que se inseriam. Convocaram os laços familiares, os da afetividade, os da simpatia ecológica, os amigos, a clientela, a trama das promessas, a imensa **kula** eleitoral, enfim, a que se reduzem as eleições «internas» no território mineiro, de óbvia autenticidade, embora bastante restrita, porque fiel, sem dúvida, aos seus fundamentos de realidade, conforme o indicam as evidências obtidas.

A campanha eleitoral foi, pois, processada segundo os modelos rigorosamente convencionais. Alguns traços marcantes podem ser destacados, contudo, pela sua tipicidade.

O primeiro dêles diz respeito a ampla omissão, já referida, dos partidos, como tais, da campanha eleitoral, os quais, como sempre, limitaram-se a atuar na fase preparatória, relativa à seleção e registro dos candidatos, contendo-se, pois, na etapa doméstica ou «privada» do pleito. Em seguida, passaram

aos candidatos, individualmente, o encargo de correr todos os riscos e os percalços da disputa. Nesse ponto, a eleição converteu-se numa batalha de todos contra todos, sendo comum o embate entre candidatos da mesma legenda na disputa de preferência de certas e determinadas «reservas» eleitorais. Foram identificados, na pesquisa, alguns candidatos duramente combatidos pelos seus próprios correligionários, de modo mais intenso do que o foram pelos adversários pròpriamente ditos. Exemplos conspícuos foram os dos deputados Sebastião Paes de Almeida, da chapa de candidatos a deputado federal pelo PSD, e José Aparecido de Oliveira, da chapa de candidatos a deputado federal pela UDN.

Não apareceram, nas eleições, de 1962, mensagens «partidárias» em qualquer sentido, de responsabilidade dos partidos políticos, como tais. Nenhum dêles propôs-se diretamente ao eleitorado, solicitou apoio partidário ou definiu-se, de qualquer modo, na qualidade de organização partidária, limitando-se a lançar os seus candidatos, dando por finda, nesse ponto, a sua participação na campanha, transferindo a tarefa restante a cada um dos candidatos, per si. Não foi surprêsa converter-se o pleito, como sempre, num amplo confronto personalista de cada candidato contra os demais. É claro que o sistema eleitoral facilita a ocorrência do fenômeno, uma vez que atribue ao candidato, para ser eleito, o simultâneo exercício de duas operações paralelas: a disputa do eleitor, genèricamente, e a disputa da posição na legenda, que não são a mesma coisa. No primeiro caso, todos os candidatos são concorrentes entre si e, no segundo caso, os candidatos inscritos na mesma legenda partidária também concorrem entre si. Esta é, entre outras, a explicação pela qual se clarifica a característica estritamente personalista da campanha e, de certo modo, a própria omissão dos partidos, coadjuvada por outros fatôres.

Por outro lado, não só nas eleições proporcionais o fato se verificou, mas também nas eleições majoritárias então realizadas, como a senatorial e a da Prefeitura de Belo Horizonte, observadas mais de perto por ocasião da pesquisa, nas quais os partidos ou foram incômodos ou inoperantes.

O próprio eleitorado acompanhou a tendência personalista apurada. Embora a pesquisa não houvesse se detido de modo particular nesse aspecto, algumas evidências surgiram de que os votantes, por sua parte, também se pronunciaram em têrmos a-partidários, isto é, decidiram-se primàriamente por pessoas e só secundàriamente pelos partidos. A análise específica de vinte secções eleitorais em Belo Horizonte e uma secção do interior do Estado revelou que em 10 votos sòmente 2 (Belo Horizonte) e 3 (interior) apresentaram chapa integral. Indicativamente, é possível admitir a generalização dêsse tipo de conduta eleitoral, pelo menos como hipótese para investigações mais sistemáticas sôbre o referido aspecto do pleito.

Outro traço marcante da campanha foi o da propaganda eleitoral. Como decorrência da omissão das organizações partidárias, não foi identificado nenhum caso de propaganda eleitoral ostensiva de qualquer dos partidos, a não ser a que lhe foi, por fôrça da lei, deferida junto às estações de rádio e de televisão, aliás, logo transformada pelos candidatos em promoção do próprio nome de cada um. Nesse particular, foi total a abstenção dos partidos, originando-se daí o anárquico caleidoscópio de siglas, no meio das quais desorientava-se o eleitor na busca dos candidatos preferidos, poucos dos quais levavam à frente do próprio nome o nome do partido.

Ficou, pois, inteiramente ao cargo dos candidatos a propaganda eleitoral. Não tendo mensagens partidárias, doutrinárias ou ideológicas a apresentar, o que se viu foi a insistência no próprio nome de cada um e nas respectivas virtudes cívicas e pessoais, de resto propostas ao eleitorado de modo indiferenciado e igual por parte de todos. A propaganda transformou-se, pois, num «lembrete» ou, melhor, num «anúncio» do candidato dirigido ao eleitor, de onde a completa igualização de todos, de vez que, da propaganda, não se pôde inferir colocações capazes, nesse nível, de distinguí-los, politicamente, com relativa nitidez, uns dos outros. Assim sendo, pela mediação branca dos partidos, os candidatos propuzeram-se ao eleitorado, como indivíduos ocasionalmente portadores de uma sigla e não como titulares de filiação política que fôsse identificadora e determinante para êles próprios, como aspirantes à elei-

ção, e, afinal, para os votantes. Distinguiram-se nesse particular os mais diversos expedientes dos candidatos para evitar a menção pública dos temas controvertidos e portanto comprometedores, mediante a técnica do silêncio ou da referência abstrata aos assuntos, no qual havia mais uma sugestão gráfica do que uma proposição partidária, doutrinária ou ideológica. A sigla, ou seja o partido, foi para todos pesado fardo no transcurso da contenda.

Foi de tal magnitude a marginalização dos partidos, como tais, no pleito de 1962, que as suas secretarias administrativas nem tinham condições para prestar informações sôbre inúmeros candidatos, nem mesmo as mais elementares, tais como domicílio, zona eleitoral, enderêço, etc.. Muitos dêles eram inteiramente desconhecidos dos funcionários credenciados dos partidos. Os próprios companheiros de chapa, no mesmo partido, não tinham qualquer idéia de muitos dos seus colegas ou dêles tinham notícia bastante remota.

A inércia doutrinária e operacional dos partidos políticos deve-se, em grande conta, ao lado de outros fatôres, à enorme heterogeneidade das suas respectivas chapas de candidatos e ao caráter eminentemente particularista que serviu de modêlo para a seleção dos postulantes, dos quais pouco se indagava, senão a disposição, as possibilidades e, eventualmente a fidelidade nominal ou real às siglas. Grande número de candidatos entrou nas chapas para fazer número.

Outro fenômeno interessante e significativo observado foi o extremo cuidado com que os candidatos se resguardavam de prestar informações políticas, ideológicas ou doutrinárias, sôbre si mesmos. Recusavam-se a responder questões, mesmo as mais genéricas, e a preencher questionários, quando da eventual resposta pudesse eventualmente redundar qualquer definição explícita. Os que respondiam, faziam-no em tal nível de generalidade ou tergiversação que o documento se tornava, de certo modo, imprestável, a não ser pelo que pudesse significar, dentro do quadro maior da indiferença ou de desaprêço que os candidatos tinham para com êsse tipo de definição, considerado incômodo, impertinente e perigoso. Sociològicamente, é do maior interêsse êsse comportamento negativo, definidor do teor «clandestino» das candidaturas cuja tática principal foi a indefinição. Enquadrado num sistema particularista, voltado para a compulsão ecológica das «bases» eleitorais, implìcitamente portador, por adoção tática e tácita, dos seus valores, das suas exigências e das suas expectativas, o candidato tinha por desnecessário qualquer declaração expressa de orientação, que já estava, de antemão, dada pelo aprisionamento voluntário ao rígido esquema em que se situava. Nesse sentido, o candidato é sempre um ortodoxo tácito das suas «reservas», para quem e para as quais o definir-se é especialmente dispensável, senão arriscado. De outro modo, seria correr o risco, de resto inútil, de perdê-las para contendores mais leais, ou pelo menos pré-eleitoralmente mais dóceis.

VII — A PERSISTÊNCIA DO CONDICIONAMENTO TRADICIONALISTA

Após as indicações acima, conviria enumerar os principais motivos pelos quais perdura, em Minas Gerais, do modo entranhado que se viu, o condicionamento tradicionalista na conduta eleitoral dos votantes, sem embargo da ocorrência notória de alguns fenômenos, como a urbanização e a industrialização, mais o primeiro do que o segundo, geralmente tidos como fatôres de modernização e, por isso mesmo, de desagregação das formações sociais de tipo tradicional.

O que se verifica, de modo geral, é que, apesar de crescerem as cidades mineiras, os padrões de conduta eleitoral continuam, em larga escala, rìgidamente adstritos aos particularismos locais e regionais, não acompanhando, no mesmo ritmo, o surto de urbanização. O exame dos resultados eleitorais mostra que, nas pequenas e médias cidades, é excepcional o sucesso de qualquer corrente partidária ou de qualquer candidato que se coloquem margem do complexo rural, isto é, sem a aprovação ou o amparo dos fazendeiros. Senão por circunstâncias fortuitas e especialíssimas, é inviável o êxito eleitoral «contra» os sistemas patrimonialistas-familiares locais. Sòmente nas cidades de maior porte, cujo eleitorado total não

ultrapassa, ao todo, a casa dos 550.000 votantes, a situação tende a se modificar, embora não necessàriamente e nem de modo imediato.

Várias explicações podem ser alinhadas para a clarificação do caráter asincrônico do fenômeno da urbanização em Minas Gerais com o conseqüente fenômeno da mudança motivacional e institucional, no que tange ao comportamento eleitoral.

A hipótese básica consistiria na proposição de que o processo da urbanização em Minas Gerais, quanto às comunas de população urbana inferior a 20.000 habitantes, representando 80% do eleitorado, situa-se, por ora, no estádio morfológico ou demográfico, onde se acha circunscrito e, de certo modo, retido, para não dizer paralizado. Do nível morfológico não teriam emanado, ainda, na direção dos demais níveis da realidade social, os efeitos necessários e suficientes para a transformação e posterior desagregação do quadro de valores e modelos de conduta, os quais permanecem, ainda, presos aos determinismos oriundos do complexo rural. Nesse caso, sucede o flagrante descompasso entre o nível estritamente demográfico do processo da urbanização e os demais níveis, mais profundos, da formação social considerada, que se perseveram tributários dos condicionamentos **ex-ante**, inclusive e de modo principal quando às pautas individuais de comportamento e aos padrões coletivos de conduta. Os contingentes demográficos que, no momento, no âmbito das pequenas e médias cidades do Estado, estão se orientando para os núcleos urbanos, fazem-no de pronto sob o só aspecto material, mediante a transferência física do domicílio, ao passo que, no mais, mantêm-se fiéis ao contexto de origem e leais aos seus respectivos determinismos. Muda-se a base territorial, persistindo residualmente o anterior e rebelde enquadramento sociológico. Isso significa que parcela considerável dos contingentes demográficos integrados nas estatísticas oficiais como fazendo parte da população urbana, só o são parcialmente, no plano material, em razão de que a sua aculturação não se processou ainda senão de modo superficial. Re-interpretadas as estatísticas, na linha do presente raciocínio, a população urbana do Estado, assim consideradas as cidades com população igual ou superior a 20.000 habitantes vivendo na sede do município,

seria apenas da ordem de 1.704.220 indivíduos, correspondentes a 18,4% do total, ao passo que a população rural, acrescida da população das cidades de pequeno e médio porte, nìtidamente condicionadas pelo complexo rural, seria da ordem de 8.543.217 habitantes, correspondentes a 81,6% do total. Feitas algumas correções òbviamente indicadas, o eleitorado urbano de Minas Gerais seria da ordem de 550.000 votantes e de pouco mais de 2.000.000 votantes o eleitorado ainda sob os efeitos de dominação do complexo rural.

Complementarmente ao descompasso enunciado, entre a evidência morfológica e a mera virtualidade sociológica que são as pequenas e médias cidades do interior, pode ser levantado outro fenômeno, subproduto do primeiro e relevante fator da persistência e projeção do complexo rural nas áreas de urbanização rudimentar: a transladação para as cidades das chefias rurais e a metamorfose funcional do «coronel» em **boss**, do que redunda o surgimento dessa figura transitiva que manipula, ao mesmo tempo, as «reservas» rurais, a partir do seu nôvo domicílio, o urbano e os círculos de influência que, por acessão, forma em tôrno de si nas cidades, pela sua inserção nos sistemas regionais ou locais de mercado e da economia monetária. É fato corrente em Minas Gerais o êxodo rural dos fazendeiros para as cidades, para onde se estão transferindo em massa, a partir da última década, e de onde continuam a comandar o jôgo eleitoral. A situação dos fazendeiros permanece, na fase atual do processo de urbanização, recoberta por completo pelo enquadramento rural de que são titulares, ainda que a sua base de operações se tenha transferido da fazenda, mesmo porque é cada vez de menor uso o fazendeiro ter domicílio na fazenda. A cidade, a pequena e média, é para êle uma saliência periférica da gleba, a qual, por seu turno é, agora como dantes, do ponto de vista sociológico, o seu módulo existencial. O que faz, nas cidades, é preservá-la e preservar-se. As eleições são, entre outros, um dos instrumentos de que se utiliza.

É de tôda conveniência insistir nas limitações, aliás já expressamente referidas, contidas na presente hipótese de trabalho, no referente às cidades de maior porte, com população urbana superior a 20.000 habitantes, as quais, em função

da estreita e crescente dependência para com as atividades secundárias e terciárias, tendem a escapar do envolvimento rural e a adotar pautas de conduta relevantemente «urbanas». Conviria, ainda, reiterar que as eleições majoritárias de caráter abrangente, como as de Presidente e Vice-Presidente da República, e, em menor grau, as de Governador e Vice-Governador do Estado, pelo seu feitio «universal» podem, embora não necessàriamente e nem sempre, escapar da servidão particularista e mudar a direção do voto popular.

VIII — NOTA METODOLÓGICA

Do exposto se pode inferir, por via de conseqüência, o equívoco em que laboram alguns especialistas de sociologia eleitoral, entre nós, ao darem indiscriminada importância à influência das chamadas estruturas ocupacionais das direções partidárias locais. A tese central que está por detraz do procedimento metodológico em questão é a de que o incremento da urbanização fortaleceria os partidos de tipo urbano, que seria o caso do PTB, em detrimento dos partidos do centro, bàsicamente conservadores e chefiados por fazendeiros e comerciantes, com o que estaria em vias de se desagregar a estrutura rural conservadora associada aos partidos do centro, tais como o PSD, a UDN e o PR.

Os fatos não confirmam a hipótese. Como se viu, os partidos do centro, em Minas Gerais, estão sòlidamente instalados nas suas posições de comando e não se acham, por ora, ameaçados pelo PTB, que se encontra, no momento, em posição sustentada de relativa estagnação, não tendo ainda superado, de modo conseqüente, o seu perfil costumeiro de partido complementar e, como tal, desprovido de orientação regional própria e definida.

Quanto às estruturas ocupacionais, o problema merece algumas qualificações importantes. Nas pequenas e médias cidades mineiras, a vinculação ocupacional é irrelevante, no sentido de que não é um fator autônomo ou auto-suficiente de condicionamento, em razão mesmo da rigidez e da natureza absorvente

do complexo rural nelas projetado, cujo imperialismo torna dependentes dos seus influxos todos os elementos que o circundam. Além do mais, a fidelidade à ocupação, como motivadora principal da conduta coletiva, particularmente da conduta eleitoral, representa um estádio mais avançado e complexo da organização social, a que não alcançaram as pequenas e médias cidades do interior mineiro. A demonstração da presente hipótese está no fato de que as chamadas profissões liberais, para se dedicarem com êxito à atividade partidária e até mesmo ao exercício profissional, sempre se ligam aos poderes locais, de natureza oligárquica e patrimonialista e, quando eleitos, tornam-se seus mandatários, não operando, portanto, em linha própria, provinda da sua alocação urbana, mas como fôrça auxiliar do dispositivo tradicionalista vigente. Nestas comunas, a filiação ocupacional não é determinante e sim determinada pelos interêsses criados do complexo rural, tributária dêle, portanto.

A influência do enquadramento ocupacional, entretanto, tende a alterar-se e a fazer-se ponderável, por si próprio e segundo suas próprias determinações, no que tange às cidades de maior porte, onde esteja ocorrendo, na necessária magnitude, a instalação relativamente autônoma dos setores secundário e terciário. O que se deu com o PTB foi que, nos primórdios da sua organização, atraiu certos e determinados contingentes então disponíveis para partidos do seu tipo, incorporou-os à sua «clientela», cresceu instantâneamente com êles, e daí por diante amainou-se seu atual estádio de estagnação relativa, onde se mantém desde há doze anos.

Assim sendo, a ênfase dada à indiscriminada utilização metodológica das estruturas ocupacionais, sem as cauções e qualificações pertinentes, para efeito da determinação «geral» das tendências do quadro partidário mineiro é, por enquanto, destituída de eficácia explicativa ou pelo menos prematura.